

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	EU-SOUTH AMERICAN SCHOOL ON GLOBAL GOVERNANCE								
<b>DOCENTE</b>	PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE0793	<b>SEMESTRE</b>	2022.2	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>	História e construção da União Europeia; O sistema institucional da União Europeia e políticas inovadoras; Democracia na UE: processo decisório, legitimidade e déficit democrático; Tributação internacional: modelos europeu e brasileiro Papel da União Europeia em um mundo pós ocidental; Relações da UE com o Oriente Médio; Direito substantivo da UE: regulamentação dos regimes de investimentos estrangeiros; Solução Internacional de Controvérsias e Preservação da Paz; A interação entre o Tribunal de Justiça da UE e da Corte Europeia de Direitos Humanos; A aplicação do princípio da economia judiciária pelos Tribunais e Cortes Internacionais; As origens e evolução do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia; O sistema institucional do MERCOSUL: a estrutura institucional de base, a ordem jurídica e a implementação do direito do MERCOSUL; O sistema de solução de controvérsias e a sanção no direito mercosulino.								
<b>OBJETIVOS</b>	Estimular o ensino, a pesquisa e a reflexão de temas relacionados as práticas da União Europeia em governança global e relevância para a América do Sul, bem como uma variedade de tópicos nas três principais áreas de pesquisa do Centro: Regulação Global; Litigância Global; e Direitos Humanos e Democracia.								
<b>METODOLOGIA</b>	A metodologia adotada será diversificada. Buscar-se-á, ao máximo, a construção do conhecimento em sala de aula, com debates dirigidos conforme leitura prévia, aliado a exposição de conteúdo. Para isso, a será utilizada metodologia expositiva e participativa, bem como demais recursos didáticos, inclusive digitais. A maior parte dos pontos da disciplina será contextualizada mediante situações-problema específicas, o que pressupõe uma constante participação do aluno em sala de aula.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Apresentação do curso e aula inaugural. (Obs.: A proposta de aulas abaixo está sujeita a modificações e será modulada conforme a disponibilidade dos professores participantes e o calendário acadêmico).								
2	História e construção da União Europeia								
3	O sistema institucional da União Europeia e políticas inovadoras								
4	Democracia na UE: processo decisório, legitimidade e déficit democrático								
5	Tributação internacional: modelos europeu e brasileiro								
6	Papel da União Europeia em um mundo pós ocidental								
7	Relações da UE com o Oriente Médio								

8	Direito substantivo da UE: regulamentação dos regimes de investimentos estrangeiros
9	Solução Internacional de Controvérsias e Preservação da Paz: O Papel da Corte Internacional de Justiça no Século XXI
10	A interação entre o Tribunal de Justiça da UE e da Corte Europeia de Direitos Humanos
11	A aplicação do princípio da economia judiciária pelos Tribunais e Cortes Internacionais
12	As origens e evolução do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia
13	O sistema institucional do MERCOSUL: a estrutura institucional de base, a ordem jurídica e a implementação do direito do MERCOSUL
14	O sistema de solução de controvérsias e a sanção no direito mercosulino.
15	Avaliação
<b>TRILHA</b>	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Trabalho de conclusão de curso no formato de artigo acadêmico, de acordo com as especificações indicadas no material de curso.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. Mercosur dispute settlement system. In: Hélène Ruiz-Fabri. (Org.). Max Planck Encyclopedia of International Procedural Law. 1ed. Oxford: OUP, 2019, v. 1, p. 1-1000. FONTAINE, P. Uma ideia nova para a Europa — A declaração de Schuman 1950-2000, ed. Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2ª ed., 2000, 43 p., disponível em: <a href="https://hip.lisboa.ucp.pt/edocs/cde/2007_1622.pdf">https://hip.lisboa.ucp.pt/edocs/cde/2007_1622.pdf</a> . BORCHARDT, Klaus-Dieter. O ABC do direito da União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017, p. 61-89, disponível em: <a href="https://publications.europa.eu/fr/publication-detail/-/publication/f8d9b32e-6a03-4137-9e5a-9bbaba7d1d40">https://publications.europa.eu/fr/publication-detail/-/publication/f8d9b32e-6a03-4137-9e5a-9bbaba7d1d40</a> .
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. A execução do Direito da Integração do Mercosul: uma limitação da autonomia dos Estados-partes. Novos Estudos Jurídicos (UNIVALI) (Cessou em 2007. Cont. ISSN 2175-0491 Novos Estudos Jurídicos (Online)), v. 14, p. 155-168, 2009. ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. The Challenges of the Judicial Dialogue in Mercosur. Law and Practice of International Courts and Tribunals, v. 3, p. 1-20, 2015. ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. The case of Mercosur. In: ULFSTEIN (G.), RUIZ-FABRI (H.), HOWSE (R.). (Org.). The Legitimacy of International Trade Tribunals. 1ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, v. 1, p. 227-254. ESTY, Daniel. Good Governance at the Supranational Scale: Globalizing Administrative Law. In: Yale Law Journal, vol. 115, 2006, p. 1493-1521 VON BOGDANDY, Armin; PHILIPP, Dann; GOLDMANN, Matthias. Developing the Publicness of Public International Law: Towards a Legal Framework for Global Governance Activities. In: German Law Journal, vol. 9, 2008, p. 1375- 1400.